

## CURSOS DE LETRAS: NATUREZA POLÍTICA E FORMAÇÃO INTELECTUAL

Evanildes Teixeira da Silva<sup>6</sup>

Orientador Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos

*Resumo:* Trata-se de reflexões sobre o que pensam os intelectuais de Letras acerca da formação do estudante e a política institucional do curso de Letras. A questão que perpassa por essa pesquisa é a seguinte: de que forma os dispositivos estatais capturam a potência do curso de Letras? Nesse sentido, observou-se que não é possível uma mudança radical nos cursos de Letras, sem o entendimento do aniquilamento da vida politizada em seu próprio interior. Espera-se que esse estudo, que está sendo ajustado na pesquisa orientada, possa oferecer ao curso de Letras tanto o diagnóstico das heranças de sua governabilidade quanto a sua própria movência de “ingovernabilidade”.

*Palavra-chave:* Cursos de Letras. Formação Intelectual. Política institucional.

De início, é preciso dizer que essa pesquisa intitulada “Cursos de Letras: natureza política e formação intelectual” tem como propósito trazer reflexões tanto sobre o aspecto estrutural do curso de Letras quanto da formação dos estudantes intelectuais. Entendemos que as mudanças são relevantes na estrutura política das instituições de ensino, no entanto elas não podem dissociar-se da reflexão sobre a formação dos estudantes. O interesse por essa temática parte das minhas reflexões sobre a vida política dentro e fora da universidade, num contexto em que os múltiplos dispositivos de controle despolitizam a nossa existência.

Quando fiz a minha graduação de Letras na UNEB de Alagoinhas (2007-2011) percebi o quanto o curso de Letras de Língua Portuguesa privilegiava o estudo do literário articulado com a “diferença cultural”, nesse espaço intervalar entre Eu/outro que outros discursos não legitimados na sociedade passavam a ser estudados e incluídos em nossas pesquisas. Mas apesar do trabalho docente e discente com essa abordagem cultural, observava os esvaziamentos dos estudantes nos auditórios, eventos acadêmicos e culturais promovidos pela universidade, bem como o quanto o curso poderia avançar em suas atribuições políticas.

O que acontecia com a formação desses intelectuais? Que dispositivos impediam a sua politização na universidade?

Os cursos de Letras a partir dos anos de 1980 passaram por mudanças significativas em seu campo de conhecimento científico e metodológico. Os estudos literários e não-literários passaram a coexistir levando em consideração o sujeito como corpus de pesquisa. Desse modo, a produção artística e aquele que produz a arte/experiência são igualmente estudados.

---

<sup>6</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural – UNEB/Campus II. E-mail: evanildesteixeira@gmail.com

Como nos diz Silviano Santiago (2004, p. 137-138), a literatura desce do palco privilegiado do livro e adentra no cotidiano da vida, e assim os estudos tradicionais dos intelectuais de Letras são desestabilizados.

Mas, por que há ainda tanta resistência nos cursos de Letras em relação a tais mudanças? Quais são as interfaces da crítica cultural na formação dos intelectuais de Letras? E por que se fala tanto da “crise nos cursos de Letras” e seu declínio?

A partir das inquietações citadas e tantas outras omitidas, iniciei o estudo sobre o que pensam os intelectuais de Letras sobre o curso na atualidade. Os principais textos encontrados sobre a temática em questão foram de: Antonio Cândido, Ataliba T. de Castilho, Eneida Maria de Souza, José Luiz Fiorin, Luiz Antônio Marcuschi, Luiz Costa Lima, Marisa Lajolo, Osmar Moreira, Regina Zilberman, Silviano Santiago e Vera Lúcia M. O. Paiva. Dentre eles selecionamos os textos de Marisa Lajolo, Luiz Costa Lima, Luiz Antônio Marcuschi e Eneida Maria de Souza e buscamos identificar de que forma os dispositivos estatais capturam a potência do curso de Letras.

É importante destacar que o objetivo da pesquisa extrapola esse levantamento sobre o que pensam os intelectuais de Letras sobre o curso e perpassa pela identificação das dobras do “estado de exceção” no campo das Letras. Talvez aí esteja o ponto fundamental da pesquisa, pois ela não será uma mera descrição do que pensam os profissionais de Letras sobre a graduação, mas buscará pistas sobre aquilo que tem congestionado ou não o curso de Letras, controlado a sua potência de avançar para contextos que extrapolam aquilo que a “força de lei” descreve para um curso de licenciatura e/ou para a formação do intelectual de Letras.

Conforme Agamben, há uma contradição na utilização do termo lei no “estado de exceção”, pois se utiliza a “força de lei” para suspender a aplicação da própria lei. Nesse sentido, em que medida as leis que regulam o curso de Letras e o ensino básico tem colocado ou não em suspenso às conquistas científicas dos estudos literários? Consideram-se aqui as conquistas de Letras o fato de o sujeito ter ganhado “corpo” nas pesquisas de Letras, das políticas de identidades, da crítica literária cultural, da proliferação de pesquisas sobre a incorporação das práticas culturais (diversas representações simbólicas) na comunidade.

Os cursos de Letras também passam por modificações importantes com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras (2002), como a dimensão tripartite: ensino, pesquisa e extensão e articulação com a pós-graduação. Essa prescrição legal atribui também certa flexibilização para os cursos de graduação, por exemplo, permite que as Instituições de Ensino Superior - IES determinem o perfil do profissional e as atividades curriculares básicas,

ampliando as “opções de conhecimentos”, a “atuação profissional” e a autonomia dos estudantes, dentre outros aspectos. Contudo, observa-se na legislação a preocupação com o domínio de habilidades para atender ao mercado de trabalho, o domínio de conteúdos do ensino básico, e menos voltado para as conquistas linguísticas e literárias no campo do conhecimento.

Nesse sentido, entre a criação da norma e a sua execução existem muitas diferenças. Os cursos de Letras, segundo a Profa. Naiara Pedon C. Clemente, no texto “Cursos de Letras: o impasse entre o declínio e a esperança por dias melhores”, tem sido cada vez mais extintos enquanto as demandas em função das tecnologias tornam bastantes promissoras para esta profissão. Isso é apenas um indício de que o curso de Letras não é tão flexível quanto prescreve a legislação.

Ao tomar a teoria de “estado de exceção” de Agamben como fundamento teórico, busca-se abrir possibilidades para pensar o curso de Letras em sua conjuntura política e não meramente em seus aspectos estruturais. Os acontecimentos políticos, econômicos e científicos do país não estão dissociados da pauta de educação, ciência e tecnologia do Estado. Também não são situações novas, pelo contrário, são consequências de ações do passado que se retroalimentam no presente.

Os despejos linguísticos e literários no contexto da colonização, a demora da criação de um plano educacional democrático no país, a implantação de modelos universitários importado da França, o desenvolvimento da suposta democratização do ensino nas décadas de 1960 e 70 (“promessa da escola como entidade integradora do projeto burguês”), são apenas alguns dos exemplos de violência do passado contra as culturas em função de um projeto civilizatório, coercitivo e opressivo no país, mas que ainda continua em plena atividade no estado democrático de direito na contemporaneidade.

Desse modo, o direito linguístico e literário, recente objeto de estudo dos cursos de Letras, ainda precisa ser amplamente discutido, tanto no que tange ao que mudou no campo epistemológico de Letras, sua abertura para discutir as questões culturais, inclusive, os resíduos de uma prática “beletrista” intramuros acadêmica dissociada dos sujeitos de direitos culturais, quanto às normatizações estatais que controlam a vida das pessoas e estabelecem aquilo que devem ou não adentrar na educação, formação dos intelectuais e dos cidadãos.

Como nos diz Lajolo, a “crise de Letras” tem relação com a forma como este foi implantado no país nos anos de 1930, cuja finalidade estava voltada para a reprodução do conhecimento no ensino de primeiro e segundo grau e a pesquisa desinteressada que estava

bem distante das modificações culturais da sociedade brasileira. Apesar das consideráveis mudanças de Letras a partir dos anos de 1980, principalmente no que tange as pesquisas e fortalecimento de debates acadêmicos, a “crise dos cursos de Letras” ainda se mantém e seus diversos aspectos e circunstâncias merecem ser compreendido sem dissociá-los das questões políticas do país.

Nessa perspectiva, com base na noção de contemporâneo de Agamben, esta pesquisa torna-se relevante porque visa olhar para aquilo que pode o curso das Letras, posicionado no presente, mas de olho também nas suas configurações do passado. Por certo, o sistema educacional e científico do país, bem como os princípios que criam os seus intelectuais não são fortuitos, mas desenvolvidos de acordo com o projeto ideológico do Estado burguês.

A preocupação pela profissionalização não é ingênua, nem tampouco só para atender as demandas que a sociedade inventa, ela é pensada, excludente e ministrada pelos déspotas do Estado, os quais são educados para serem dirigentes do país. Essa era uma das atribuições de Letras desde o momento em que este foi inserido no Brasil.

Marcuschi (2002, p. 11) defende que o intelectual “se caracteriza pela sua ‘capacidade de ação autônoma’, crítica e ética com o saber de que dispõe a partir da vivência que construiu em sociedade”. Assim, contesta a formação pautada num cabedal de conhecimentos, enciclopédica e sem reflexão crítica para a atuação efetiva. Para ele, a formação do intelectual de Letras deve ser uma formação para a cidadania em que os estudantes sejam capazes de agir na construção do conhecimento para atuar junto à sociedade. Como ele nos diz: “A formação intelectual é a formação para a competência e não para a simples competição no mercado”. Ele explica que essa competência diz respeito tanto aos conhecimentos necessários quanto a ação sociopolítica.

Eneida de Souza, ao ser entrevistada, é questionada sobre as diferenças entre a formação dos estudantes (pesquisadores) de Letras do tempo pretérito e do presente, ela responde:

Sim. A começar do próprio acesso a bibliografia. [...] O estudante – ou estudioso – tem hoje mais facilidade de acesso aos textos. [...] Ao mesmo tempo, penso que o curso de Letras precisa receber mudanças. Ele não pode permanecer como era há 30 ou 40 anos. Precisa ter maior abertura, porque o corpo discente é diferente, e as atuais ofertas de emprego também são diferentes. Há muitos outros cursos pelos quais os alunos realmente se interessam, motivados pela questão do emprego, do mercado. Tenho a impressão de que o curso de Letras teria de se modificar muito. Não sei bem como, mas do jeito que ele é estruturado, baseado numa formação que não condiz com os interesses e demandas do aluno do século XX, deveria receber modificações (SOUZA, 2012, p. 173).

Desse modo, sinaliza que o curso de Letras precisa ser modificado tanto no que tange ao modo como ele é estruturado quanto aos interesses e demandas do estudante do tempo atual. Em outras palavras, poderíamos dizer que Letras também precisa ser atraente, interessante e abrir novas possibilidades de atuação para os estudantes.

Conforme Costa Lima (2009, p.8), no texto “A praga do beletismo”:

Se o currículo de letras nos parece escandalosamente incompetente é porque ele mantém uma visão beletista da literatura. Por isso mesmo o curso de letras não sabe o que fazer com a reflexão teórica e os ditos teóricos da literatura não sabem o que fazer com o seu objeto.

Para o crítico literário de Letras, a reviravolta na concepção de literatura por conta dos estudos culturais na Alemanha, França, nos anos de 1960 e 1970 e, por conseguinte, nos Estados Unidos, operou mudanças no modo de pesquisa e formação dos intelectuais de Letras, distanciando a teoria do objeto de pesquisa. Os estudos teóricos no currículo foram reduzidos, quando não são apenas oferecidos como disciplinas optativas. Segundo Costa Lima, se não houver uma “boa base filosófica”, não há qualquer possibilidade de teorização do objeto sobre o qual se estuda. Assim, apesar de haver “dezenas de professores de teoria, a prática teórica na verdade inexistente entre nós” (idem, p. 8), pontua o crítico.

Conforme o autor, o beletista convicto ainda conserva intacta a acepção de literatura na perspectiva *belles lettres*, isto é, a “concepção retórica no uso da linguagem”. Nos chama atenção Lima para dois tipos de beletismo nefastos: aquele em que o enunciado poético está subordinado ao fato histórico, atribuído ao programa do realismo representado pelo marxismo vulgar, atualmente, o realismo vulgar é atribuído à rede midiática e, o segundo, trata-se daquele que acusa o crítico realista de antiquado, o beletista anti-realista que entende a literatura (a arte) oposta a realidade cotidiana e, assim, oferece a promessa da felicidade, que dá sentido a existência.

No texto de Costa Lima, perpassa a noção de que o “aluno ideal” de Letras precisa inteirar-se sobre o fenômeno literário, mas na atualidade não é isso que acontece com o currículo de Letras o qual tem pouca reflexão teórica e filosófica. Conforme o crítico, o estudante “possui dificuldade de acompanhar a reflexão desenvolvida nos últimos anos acerca do fenômeno literário” e, ainda, pode entender que “precisa afastar-se da norma que orientou seu curso”, assim não terá capacidade para se voltar para as questões filosóficas e, por conseguinte, interpretar o seu objeto de estudo.

Costa Lima nos coloca em movimento para pensar o que fazer com o curso de Letras, com aquilo que pesquisamos e que lugar ocupa no curso a reflexão teórica. Sem dúvida não há como teorizar sobre qualquer objeto sem uma teoria.

Considerando as escolhas do pesquisador sobre a epistemologia que irá mover o seu objeto de pesquisa como um ato consciente, reflexivo, inacabado e o modo de teorizar, questionar o objeto que se estuda, a “nossa maneira de intervir na ‘teoria e praticá-la’” (CULLER, 1999), será que a formação do estudante de Letras na atualidade não tem contemplado essa autonomia crítica do estudante pesquisador? Teria razão Costa Lima ao sinalizar o retorno do beletrismo na abordagem dos estudos da cultura? Seria a praga do beletrismo uma dobra dos dispositivos estatais no curso de Letras? Como enfrentá-lo?

Uma resposta apressada nesse momento da pesquisa seria mera precipitação de iniciante, mas esse levantamento sobre o que dizem os intelectuais de Letras sobre o curso de Letras já aponta novos caminhos para o estudo. A questão estrutural de Letras requer estudar o congestionamento do currículo, seu esvaziamento teórico e filosófico, o modo como funciona os departamentos, colegiados, representação discentes, projeto político pedagógico, o imbróglgio dos dispositivos científicos – estruturalismo e Estado, o beletrismo, bem como pensar nas novas demandas para os estudantes, visando tornar o curso mais interessante, sedutor, com menos conteúdo e mais espaço para o pensamento.

Até o momento esse estudo mostra que não é possível uma mudança radical nos cursos de Letras sem o entendimento do aniquilamento das culturas em seu próprio interior, decorrentes de uma ausência de conjuntura política do próprio curso. O paradigma de governo que controla a universidade e seus respectivos cursos precisa ser questionado. Que intelectuais são esses que formamos pós 50 anos do golpe militar em Letras? São beletrista como acusa Costa Lima? O que há de dispositivos no aparato científico em Letras? Assim, não enxergamos qualquer dissociação entre a estrutura política do curso e as interfaces na formação do intelectual. Os dispositivos estatais controlam a estrutura para aniquilar o seguinte.

Desse modo, espera-se que este estudo de algum modo possa contribuir para levar adiante o debate dos críticos sobre o curso de Letras, a partir das reflexões sobre a política dos cursos de Letras, no que tange aos estudos literários, em confronto com as políticas educacionais e paradigma de governo. Assim, talvez possamos oferecer ao curso tanto o diagnóstico das heranças de sua governabilidade quanto a sua própria movência de “ingovernabilidade”.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: Estado de Exceção II*. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- BHABHA, Homi K. O entrelugar das culturas. In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.). *O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses: textos seletos de Homi Bhabha*. Trad. Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, p. 80-94.
- CLEMENTE, Naiara Pedon Carvalho. *Curso de Letras: o impasse entre o declínio e a esperança por dias melhores*. Disponível em: <[http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27004:curso-de-letas-o-impasse-entre-o-declinio-e-a-esperanca-por-diasmelhores&catid=320:312&Itemid=21](http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27004:curso-de-letas-o-impasse-entre-o-declinio-e-a-esperanca-por-diasmelhores&catid=320:312&Itemid=21)> Acesso: 2 jun. 2013.
- COSTA LIMA, Luiz. *O Estado da universidade brasileira*. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 12-12, 2002.
- COSTA LIMA, Luiz. *A praga do beletrismo*. Disponível em: <http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano2-Volume2/artigo-extra/A-Praga-do-Beletrismo.pdf> Acesso: 27 nov. 2013.
- CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.
- FIORIN, Luiz. *Cursos de Letras: Um Balanço no 10*. Aniversário da UNESP. Alfa, São Paulo 30/31:1-10, 1986/1987.
- LAJOLO, Marisa. *No jardim das Letras, o pomo da discórdia*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio36.html>> Acesso: 02 jun. 2013.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *A formação intelectual do estudante de Letras*. Disponível em: [http://www.editoracontexto.com.br/produtos/pdf/LINGUAGEM%20PARA%20FORMACAO\\_INTRODUCAO.pdf](http://www.editoracontexto.com.br/produtos/pdf/LINGUAGEM%20PARA%20FORMACAO_INTRODUCAO.pdf). Acesso em: out. 2010.
- MOREIRA, Osmar. *Oswald de bolso: crítica cultural ao alcance de todos*. Salvador: UNEB, Quarteto, 2010.
- PAIVA, V. L. M. O. Avaliação dos cursos de Letras e a formação do professor. *Revista do GELNE*. João Pessoa. v. 5, n. 1 e 2. p. 193-200, 2004.
- SANTIAGO, Silvano. Democratização no Brasil - 1979-1981. (Cultura versus Arte). In: *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SOUZA, Eneida Maria. *Tempos de pós-crítica*. XIX Congresso Internacional da FILLM, Brasília: ago/1993.

